

Impasse irrita comerciantes

MÁRCIA DELGADO

Os comerciantes que ocupam irregularmente área pública esperam uma solução rápida por parte do GDF e dos órgãos que fiscalizam o tombamento da cidade, para que o impasse seja definitivamente encerrado. "Essa situação não é interessante para nós", confessa Mauro Borba, dono do bar Sossega Madalena, na 412 Sul, antigo Bolinho de Bacalhau. O seu estabelecimento avança 300 metros quadrados em área pública, onde estão instaladas 100 mesas e, em frente, Borba está abrindo um outro bar nas mesmas condições.

"A falta de espaço no Plano Piloto é uma realidade e essa tem sido uma das soluções para mantermos nosso comércio funcionando", explica Mauro Borba, também diretor do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares. O presidente da entidade, César Gonçalves, confirma que uma decisão contrária às ocupações irregulares — tanto por parte do governo como da Justiça — inviabiliza a atividade comercial nas entrequadras do Plano Piloto.

Espaço — "Qualquer perda de espaço representa falência porque os comerciantes não terão como investir em novas construções", salienta Gonçalves. Segundo ele, o setor está amargando uma queda de 50% nas ven-

das. "É a pior crise da história e qualquer mudança que implique em mais custos nos prejudica profundamente", explica, acrescentando que a cobrança de taxas pela ocupação de área pública seria uma das soluções.

Jurandir Pereira Marinho, um dos donos do bar-restaurante Libannus, da 206 Sul, também defende a cobrança de taxas. "O que nós queremos é ter tranquilidade", ressalta. O Libannus, um dos mais tradicionais estabelecimentos comerciais do Plano Piloto, ocupa 120 metros quadrados da área pública, onde estão instaladas 50 mesas e até um parquinho de diversão para as crianças brincarem, enquanto os pais fazem suas refeições.

"Já perdi a conta de quantas vezes fui notificado pelo governo para retirar as mesas e o parquinho daqui. Também não sei dizer quantas liminares já consegui na Justiça para ficar tudo como está", conta Jurandir Marinho. Patrocínio de Azevedo, dono do bar Vira Copos, da 304/5 Norte, nunca recebeu uma notificação por estar ocupando área tombada pelo Patrimônio Histórico da Humanidade. Ele garante que aceita pagar uma taxa de ocupação, mas salienta que, se tiver de retirar suas mesas do lugar, terá de fechar suas portas. "O que tenho direito é 22 metros quadrados, pouco para minha atividade", completa.